

GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma combinação teórica

GOVERNANCE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT: a theoretical combination

Davy Ítalo Ribeiro da Silva (UNIR)¹

Mariluce Paes de Souza (UNIR)²

Robert Anderson Cardoso da Costa (UFAM)³

RESUMO

O objetivo desse estudo é combinar os conceitos de Governança e Desenvolvimento Sustentável com ênfase ao modelo de Cogestão Adaptativa de Armitage (2009). As primeiras discussões voltadas ao desenvolvimento sustentável surgiram a partir da preocupação da comunidade científica quanto as mudanças climáticas e aquecimento global. Esse ponto de início foi importante para que as nações do mundo se voltassem para a compreensão de um tema de interesse comum. As discussões mundiais ganharam mais consistência ao longo dos anos, muito embora, seja observado que a mudança de realidade acontece de maneira lenta, todavia o sistema político global reconhece a necessidade de se adotar práticas sob uma ótima sustentável. O desafio consiste na operacionalização das estratégias que inovem práticas atuais para construção do efetivo desenvolvimento sustentável, nesse ponto, a governança apresenta-se como elemento fundamental, pois é capaz de considerar de maneira sistêmica a relação de múltiplos elementos que estão sobretudo interligados. A governança não se restringe a barreiras territoriais, nacionais ou mesmo global, contudo, o obstáculo é a manutenção da interrelação de todos os envolvidos.

Palavras-chave: Governança. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Stakeholders. Amazônia Brasileira.

ABSTRACT

The first difficulties to sustainable development arose from the concern of the scientific community regarding climate change and global warming. This starting point was important for the nations of the world to turn to the understanding of a topic of common interest. Since the world has gained more consistency over the years, although it is observed that the change in reality happens slowly, however the global political system recognizes the need to adopt practices under a sustainable optimum. The challenge is to operationalize strategies that innovate current practices for building effective sustainable development, at this point, governance is presented as a fundamental element, as it is able to consider in a systemic way the relationship of several elements that are mainly interconnected. Governance is not restricted to territorial, national or even global barriers, however, the obstacle is the maintenance of the interrelation of all restrictions. The purpose of this study is to combine the concepts of Governance and Sustainable Development with an emphasis on the Adaptive Co-Management model.

Keywords: Governance. Sustainability. Sustainable development. Stakeholders. Brazilian Amazon.

¹ Mestre, Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Administrador na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: davyitalo@outlook.com. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1502-4692>.

² Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade Federal de Rondônia (SIGLA). E-mail: mariluce@unir.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4202-0769>.

³ Especialista, Instituto Prominas Serviços Educacionais. Assistente Administrativo na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: robert@ufam.edu.br. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho baseia-se nos conceitos de Governança, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, o intuito da combinação de conceitos volta-se para os desafios encontrados na caminhada para operacionalização de estratégias e práticas sustentáveis que vem sendo discutidas por diversos países do mundo, haja visto o interesse em comum e a complexidade do tema (GONÇALVES, 2005; DALLABRIDA, 2011; RASCHE, 2009).

Entre os desafios, destacam-se a necessidade de se garantir a continuidade dos recursos para as gerações futuras, o zelo pelos recursos naturais do planeta bem como pela manutenção do clima e sobretudo, minimização de impactos causados por práticas humanas insustentáveis (MOONEY; DURAIAPPAH; LARIGAUDERIE, 2013).

Nesse sentido, o processo de tomada de decisão dos gestores públicos, privado e da sociedade precisa passar por uma reconfiguração e se desprender do tradicional, pois só assim haverá a desejada mudança (GONÇALVES, 2005).

Reagindo a necessária mudança global, surge o conceito de governança que é capaz de estabelecer a ponte para o desenvolvimento de maneira sustentável, mitigando impactos negativos no ambiente, zelando pela manutenção da sociedade e da economia. Entretanto, a principal crítica a teoria da governança, está na dificuldade de operacionalização das estratégias em face aos múltiplos agentes envolvidos, para os quais denomina-se stakeholders (PIKETTY et al., 2015; ARMITAGE, 2009).

Em resposta à complexidade enfrentada pela teoria da governança para operacionalizar os múltiplos pontos de vista dos stakeholders, integra-se nesse estudo, o modelo de cogestão adaptativa de Armitage (2009), com isso, pretende-se superar as lacunas encontradas para se diminuir a subjetividade na avaliação de projetos com vistas ao desenvolvimento sustentável. O objetivo desse estudo é combinar os conceitos de Governança para o Desenvolvimento Sustentável com ênfase a modelo de análise de Cogestão Adaptativa de Armitage, partindo da definição de Governança e Desenvolvimento Sustentável nos níveis Global, Brasil e na Amazônia brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresenta-se nesta seção os referenciais teóricos utilizados como base neste estudo com vistas a atingir ao objetivo inicialmente estabelecido. Delineia-se conceitos e discussões de Governança, Governança Global e Governança na Amazônia Brasileira. Em seguida aborda-se sobre a Sustentabilidade, Insustentabilidade, Classe e Capitalismo. Por fim, introduz-se sobre o Desenvolvimento Sustentável no contexto Global, do Brasil e da Amazônia Brasileira. a. Governança O surgimento da palavra “governance” inferido a partir de Diniz (1995) apud Gonçalves (2005), surge a partir de reflexões conduzidas pelo Banco Mundial com vistas a aprofundar o conhecimento das condições que garantem um estado mais eficiente.

Além disso, o foco estaria para as implicações econômicas das ações estatais para uma visão que envolvesse as dimensões sociais e políticas públicas, dessa forma, a capacidade governativa não estaria sendo avaliada não só pelos resultados de políticas governamentais, mais também na forma pela qual o governo exerce seu poder.

Para Gonçalves (2005) a definição de governança trata-se dos meios e processos capazes de produzir resultados eficazes, sem necessariamente utilizar-se de coerção, sendo esta portanto a boa governança e sua ausência entendida como a má governança. Sob essa perspectiva, a concepção de governança pode ser desdobrada em níveis governança global, nacional e territorial, envolvendo ações ou iniciativas determinantes da capacidade de uma sociedade organizada territorialmente sobre assuntos públicos a partir da relação cooperativa de atores sociais, econômicos e institucionais, incluindo-se o Estado como ator institucional e suas unidades federativas: União, estados e municípios (DALLABRIDA, 2011).

2.1.1 Governança Global

O Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) foi a maior iniciativa global de sustentabilidade corporativa, consiste em dez princípios em quatro grandes áreas sendo elas: Direitos humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. O objetivo é também ajudar as empresas em seus compromissos de sustentabilidade. No entanto, algumas lacunas importantes foram relatadas sobre como o Pacto Global da ONU delineia e desconstrói os princípios-chave de sustentabilidade corporativa com alcance global, todavia, não oferece um código de conduta

vinculativo com critérios de desempenho explícitos que passíveis de monitoramento (RASCHE, 2009).

O autor Elke Krahmman (2003) em seus estudos, analisou a literatura acadêmica em um período de vinte anos sobre a governança em três níveis, global, nacional e regional e com isso, foi capaz de selecionar e apresentar uma definição universal de governança, sendo: [São] as estruturas e processos que permitem a atores governamentais e não governamentais coordenar suas necessidades e interesses interdependentes através da criação e implementação de políticas na ausência de uma autoridade política unificadora (KRAHMANN, 2003, p. 331).

Para Lee (2010), problemas sérios, como por exemplo, os relacionados ao desenvolvimento sustentável, só poderão ser resolvidos quando se aprender a trabalhar em conjunto além das fronteiras de cada país, ou seja, necessário a construção de uma visão de competitividade global, onde o coletivo trabalha junto para solucionar os problemas do mundo, dessa forma, é preciso as nações deixem de lado suas “competitividade nacionais” para que a ciência e a tecnologia juntos somem esforços para solucionar os problemas enfrentados pelo século 21.

Corroborando com as ideias de Lee (2010) e Krahmman (2003), Dubrow (2013) apresenta um diálogo em continuação a discussões de outros cientistas sociais e sociólogos sobre a esperança otimista pela Governança Global (GG). Dentre os principais tópicos apresentados, o autor aborda sobre os obstáculos que a GG encontra, por exemplo, a desigualdade política entre nações e os seus próprios interesses nacionalistas.

Outro ponto se volta quanto a democracia, visto que a soma de democracias nacionais não configura de maneira nenhuma a Governança Global. Dessa maneira, verifica-se que o conceito de Governança segue evoluindo ao longo dos anos, e que embora o conceito não seja novo e tenha origem na GC, ainda se apresenta como atual com a necessidade de ser cada vez mais difundido e aplicado.

Observa-se também que há a necessidade de as nações olharem estrategicamente para a GG, entretanto, a ciência das suas fortalezas e necessidades internas se faz necessário, pois, situações como a desigualdade política e resistências nacionalistas implicam negativamente para o processo de construção da Governança Global.

2.1.2 Governança no Brasil (GB)

A partir desse momento, a governança perde seu caráter de receituário prescritivo, estabelecido como condição necessária para resolver problemas sociais e principalmente econômicos, e passa agora a assumir um novo papel: é agora um exercício que envolve Estados, a sociedade civil e o setor empresarial (GONÇALVES, 2011).

O primeiro e o segundo Plano de Ação Federal para Prevenir e Controlar o desmatamento na Amazônia (PPCDAM I e II), implantado entre os anos de 2004 e 2011, aumentou a capacidade nacional de fiscalização, com base no programa de detecção de desmatamento em tempo real (DETER) implementado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O meio ambiente nacional órgão de fiscalização (IBAMA) divulgou operações como o confisco de grandes volumes de toras ou cabeças de gado [4], maior controle em municípios com maior taxa de desmatamento e propriedades embargadas com desmatamento ilegal (ARIMA et al. 2014; VIANA et al. 2012).

Em nível nacional, verifica-se que há um aumento no que diz respeito da capacidade de aplicação da lei penal e como consequência as indústrias passaram a monitorar os impactos de seus fornecedores. No nível municipal surgem algumas iniciativas, como é o caso do Município Verde, com o objetivo de eliminar o desmatamento e apoiar as cadeias de abastecimento verdes em nível territorial (PIKETTY et al., 2015).

Piketty et al. (2015) propuseram uma abordagem de governança com enfoque territorial na região do Pará, o estudo parte da análise biofísica e informações qualitativas coletadas em entrevistas com as principais partes interessadas, nesse caso os stakeholders, agentes públicos privados da cadeia de commodities que operam na região.

Verificaram que o esquema de governança fundiária é emergente e não é capaz de promover intensificação do uso da terra em grande escala, portanto propuseram um mecanismo de governança que adota um enfoque territorial mais amplo como forma de avançar sob questões de reflorestamento e reabilitação de terras degradadas.

2.1.3 Governança na Amazônia Brasileira

Para falar sobre a Governança na Amazônia Brasileira (GAB), é necessário que primeiro seja caracterizado esse bioma. A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, abriga uma enorme biodiversidade e detém a maior bacia hidrográfica. São em torno de 7 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo 7 estados brasileiros e 5 países da América Latina. 60% da bacia amazônica está situada no Brasil, suas margens habitam cerca de 4 milhões de pessoas, distribuídas em indígenas, ribeirinhos e quilombolas (WOOD; MORAIS, 2020).

Buscando soluções para impactos negativos decorrentes de grandes obras realizadas na Amazônia, Wood e Moraes (2020) articularam um projeto denominado “Grandes Obras na Amazônia”, o ponto de início foi a análise de grandes obras realizadas na Amazônia brasileira, sendo: Planta de Mineração em Juruti no Pará, Hidrelétrica de Jirau, Rio Madeira em Rondônia e Hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Ao avaliar essas experiências os autores concluíram que havia 2 principais problemas:

- I – Existia grande desconexão entre o planejamento e a implantação dos projetos, considerando as demandas sociais locais;
- II – Não havia mecanismos para consolidar boas práticas e aprendizados relacionados à gestão do desenvolvimento local, ou seja, além de práticas e aprendizados escassos, quando presentes, não era sistematizado para uso futuro.

Os objetivos de Wood e Moraes (2020) voltava-se para a solucionar impactos negativos provocados por grandes empreendimentos, evitar impactos socioambientais e criar um guia de melhores práticas para reduzir tais impactos. Os objetivos foram alcançados e um guia de diretrizes foi lançado considerando a) planejamento e ordenamento territorial, b) capacidades institucionais, c) instrumentos financeiros, d) direitos humanos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, e) direitos humanos das crianças, adolescentes e mulheres e f) supressão vegetal autorizada. Em síntese, o guia de diretrizes é apoiado no pensamento sistêmico onde a governança se faz necessária para o efetivo desenvolvimento sustentável.

Entre os benefícios das diretrizes, verificou-se que do ponto de vista empresarial, há contribuição para aumento da previsibilidade e redução de riscos. Do ponto de vista social,

efetiva contribuição para a proteção e desenvolvimento das populações, em especial os indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Já para o ambiente, o aperfeiçoamento da gestão compartilhada dos recursos naturais.

Em sequência, serão abordadas algumas discussões sobre sustentabilidade, insustentabilidade, classe e capitalismo, uma vez que a compreensão desses elementos é necessário para se trabalhar a Governança e o Desenvolvimento Sustentável, principalmente no cenário amazônico que apresenta uma característica distinta de outros locais do mundo.

2.2 Sustentabilidade

Um estudo publicado por Hoekstra e Wiedmann (2014), abordou os recursos naturais do planeta terra como limitados destacando que a capacidade de assimilação a atual “pegada ambiental” da humanidade não é sustentável. De acordo com Lenzen et al. (2012) o termo pegada refere-se a indicadores derivados da pressão humana no meio ambiente que resultam em mudanças no uso da terra, degradação, redução dos fluxos dos rios, poluição da água e mudanças climáticas, além de impactos resultadas como o caso da perda da biodiversidade, efeitos na saúde humana e ou na economia (LENZEN et al., 2012).

A sustentabilidade depende do tamanho e das características espaço-temporais da pegada da humanidade em relação a capacidade de reestruturação a terra. As pegadas ambientais estão próximas ao conceito de limites planetário, ou seja, os limites nas variáveis do sistema terrestre que pode gerar mudanças inaceitáveis nos processos biofísicos da natureza em ambientes do planeta (CHICHILNISKY, 1997)(FOLKE et al., 2021).

Diante disso, o comportamento humano a cultura de consumo e produção fomentada em parte pelo sistema capitalista é um dos elementos que contribui para a insustentabilidade, motivo pelo qual se faz necessário verificar como esses termos têm sido abordados pela ciência da sustentabilidade.

2.3 Insustentabilidade, Classe e Capitalismo

O autor Christian Fuchs em um estudo publicado no ano de 2017, apresentou uma discussão dos termos Insustentabilidade, Classe e Capitalismo. Para o autor, existe profunda

conexão entre esses elementos, chamando atenção ao que o capitalismo ocidental quanto oriental possuem similaridades no que tange ao controle de recursos e dominação social praticados por um reduzido grupo de pessoas. A consequência disso, denota a insustentabilidade, uma vez que a massa se encontra desprovida muitas vezes do mínimo necessário para subsistência (FUCHS, 2017; STEFFEN et al., 2011). Para apoiar essa discussão, Fuchs (2017), regata o trabalho seminal do sociólogo Alemão Ulrich Beck, conhecido por seu livro publicado na década de 1986, título traduzido em português “Sociedade de Risco: Rumo a uma nova modernidade”. Para Ulrich (1986) a insustentabilidade é estruturada pelas classes de pessoas e tende por afetar drasticamente aqueles com menos poder na sociedade.

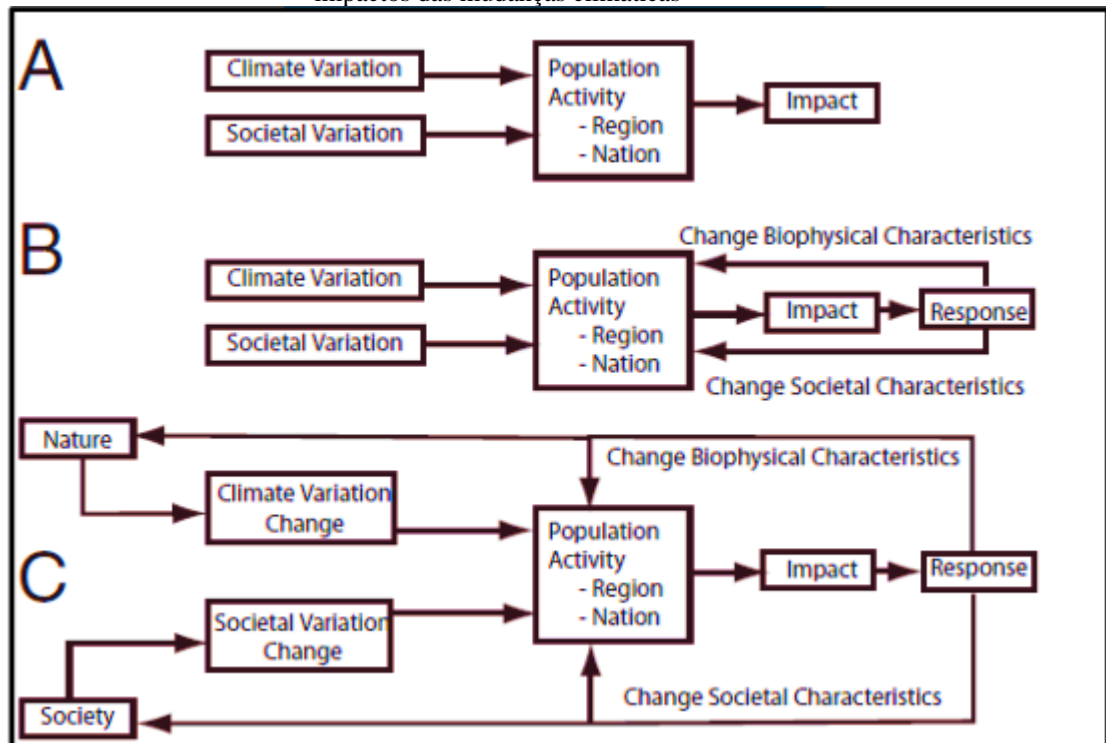
2.4 Desenvolvimento Sustentável (DS)

Esforços para desenvolver uma compreensão global do funcionamento da Terra como um sistema, iniciaram em meados da década de 1980. Este esforço necessitou conectar conhecimento dos reinos físico e biológico. As motivações foram o crescente impacto dos humanos no sistema terrestre e a necessidade de fornecer soluções. Os impedimentos à integração eram muitos, mas vão gradativamente sendo superados, o que pode ser visto em muitas tendências para avaliação, como a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas, bem como programas de ciência básica e aplicada (MOONEY; DURAIAPPAH; LARIGAUDERIE, 2013).

O trabalho seminal de Kates descreveu os tipos de modelos que seriam necessários para capturar os vários graus de interação das ciências sociais e naturais nas relações de impacto do clima (KATES; PARRIS; LEISEROWITZ, 2005). Variáveis descritas como “variação climática ou variação social são em si produtos de os processos subjacentes da natureza e da sociedade”.

O esquema apresentado permite analisar a evolução das discussões quanto a entendimento da sustentabilidade partindo das considerações iniciais, ou seja, relação de causa e efeito, transcendendo para a complexidade sistêmica (MOONEY; DURAIAPPAH; LARIGAUDERIE, 2013).

Figura 1 - Diagramas conceituais das interações entre a sociedade e a natureza em resposta aos impactos das mudanças climáticas



Fonte: Kates (1985)

Conforme a Figura 1, é possível extrair como entendimento as interações entre sociedade e natureza em três aspectos conceituais, sendo:

A – Representa uma estrutura básica, relação de causa e efeito das interações sociais que geram impacto no ambiente.

B – Apresenta um modelo derivado do primeiro já inferindo o feedback em resposta as interações que ocorrem no sistema, entretanto ainda é possível observar a essência conceitual como relação de causa e efeito.

C – Trata-se de um modelo interativo com feedbacks e variáveis determinantes, entretanto, nesse sistema não é possível identificar facilmente qual é a relação de causa e efeito do sistema visto que toda a estrutura está interligada. A Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento do Meio Ambiente, *United Nations World Commission on Environment and Development* (WCED), conduziu investigações sobre possíveis soluções de

problemas ambientais durante os anos de 1983 a 1987. Essa comissão foi importante para as discussões primárias quanto a origem do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) (CHICHILNISKY, 1997).

A literatura apresenta outras definições do DS, o Quadro 1 que segue, apresenta uma síntese desses conceitos.

Quadro 1 - Conceitos do Desenvolvimento Sustentável

Fontes	Conceitos
World Conservation Union, United Nations Environment Programme, and World	Melhorar a qualidade de vida humana enquanto vive dentro da capacidade de suporte de suporte a ecossistemas Meadows et al. (1992) Uma sociedade sustentável é aquela que persiste gerações, que é previdente o suficiente, flexível o suficiente e sábio o suficiente para não prejudicar qualquer um de seus sistemas físicos ou sociais.
Wide Fund for Nature (1991)	Hawken (1993) Sustentabilidade é um estado econômico onde demandas colocadas sobre o meio ambiente pelas pessoas e o comércio pode ser atendido sem reduzir a capacidade do meio ambiente de fornecer para futuras gerações. Também pode ser expresso como [...] licença o mundo melhor do que você encontrou, não leve mais do que você precisa, tente não prejudicar a vida ou o ambiente e fazer as pazes se você fizer Conselho do Presidente dos EUA sobre SD (1994).
Meadows et al. (1992)	Nossa visão é de uma terra que sustenta a vida. Nós somos comprometido com a realização de uma vida digna, existência pacífica e equitativa. Nós acreditamos em um EUA sustentáveis terão uma economia que oferece oportunidades equitativas para satisfazer vivências e uma vida segura, saudável e de alta qualidade para as gerações atuais e futuras. Nossa nação vai proteger seu meio ambiente, sua base de recursos naturais, e as funções e viabilidade dos sistemas naturais do qual toda a vida depende Viederman (1994).
Hawken (1993)	A sustentabilidade é um processo participativo que cria e busca uma visão de comunidade que respeita e faz uso prudente de todos os seus recursos - naturais, humanos, criados pelo homem, social, cultural, científica, etc. A sustentabilidade busca para garantir, na medida do possível, que presente gerações atingem um alto grau de economia segurança e pode realizar a democracia e participação popular no controle de suas comunidades, ao mesmo tempo que mantém a integridade do ambiente sistemas ecológicos sobre os quais toda a vida e toda a produção depende, e enquanto assume a responsabilidade de futuras gerações para fornecer-lhes o com tudo para sua visão, esperando que eles tenham sabedoria e inteligência para usar o que é fornecido de maneira apropriada.
US President's Council on SD (1994)	
Viederman (1994)	

Fonte: Adaptado de Lombardi et. al (2010)

Destaca-se entre os conceitos apresentados acima, Viederman (1994) apud Lombardi et. al (2010) “A sustentabilidade é um processo participativo que cria e busca uma visão de comunidade que respeita e faz uso prudente de todos os seus recursos - naturais, humanos, criados pelo homem, social, cultural, científica, etc.”, a ênfase dada é justamente pelo fato de o autor sugerir um entendimento de maneira sistêmica, conforme apontou Kates (1984),

mencionando os termos “processo participativo” que sugerem a necessidade de haver Governança (LEE 2010; KRAHMANN, 2003; DUBROW 2013).

Sobretudo, o conceito mais adotado foi o apresentado pelo então na época, primeiro ministro da Noruega Gro Harlem Brundtland, responsável por presidir a WCED em 1987 onde publicou seu relatório “Our Common Future” Nosso Futuro Comum, apresentando uma ampla definição, sendo “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer as necessidades do futuro” (FUCHS, 2017).

A definição de desenvolvimento sustentável apresentada por Brundtland foi o marco mundial para configuração de um conceito de Desenvolvimento Sustentável Global (DSG), o qual vem sendo utilizado por diversos pesquisadores e diversas partes do mundo, os quais partem dessa referência para apoiar seus estudos sob uma ótica global e sistêmica, conforme representado pela Figura 1 discutida por Kates (1985), (MOONEY; DURAIAPPAH; LARIGAUDERIE, 2013).

2.4.1 Desenvolvimento Sustentável Global (DSG)

Um estudo realizado por Zeijl-Rozema et. al (2008) apresentou uma estrutura de Governança para o Desenvolvimento Sustentável, dentro da discussão apresentada por estes autores, o entendimento de DS ganha distintos significados e representa coisas diferentes para pessoas diferentes, fazendo uma associação com o conceito de Brundtland. Ainda de acordo com esses autores, o DS vincula-se ao conceito de “necessidades”, com destaque ao mínimo necessário aos mais pobres do mundo, entendendo pobres nos níveis micro, ou seja, individual e de classe social e macro, considerando o contexto regional, estado, país e continente, os quais deveriam ser prioridades. Nesse sentido, inferem uma visão que pode ser entendida como Desenvolvimento Sustentável Global (DSG), (ZEIHL-ROZEMA VAN ANNEMARIE; CÖRVERS RON; KEMP RENÉ, 2008).

Destaca-se entre as atuações do ponto de vista do DSG discussões sobre o tema após a Agenda Global derivada do relatório de Brundtland, a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), a Conferência das Nações Unidas (Eco 92) sobre o meio ambiente realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, importante para a origem do documento assinado que foi

assinado por 179 países conhecido como Agenda 21 (SILVA; ASSIS, 2012). A comunidade científica tem sido demasiadamente importante para os avanços DSG, uma vez que as discussões iniciais estavam concentradas mais sob o aspecto da sustentabilidade, os seja, envolvia apenas as ciências da terra e com o tempo, passam a incluir os pontos de vista que juntos compõem os três pilares do DS, sendo o Econômico, Social e o Ambiental Fuchs (2017) Ziegler e Ott (2021). Ao considerar esses pilares, a comunidade as discussões internacionais avançaram de maneira mais estratégica, pois o conhecimento compilado pôde ser desdobrado em Objetivos e Metas para formulação de políticas públicas e projetos por cada soberania nacional.

2.4.2 Desenvolvimento Sustentável no Brasil (DSB)

A estratégia mundial desdobrada após a conferência mundial do Rio+20 com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que contém 17 objetivos abrangendo uma compreensão de sustentabilidade multidimensional por contemplar as necessidades Social, Ambiental e Econômica, conforme descritos no Quadro 2 que segue.

Verifica-se que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) baseiamse a partir de uma compreensão multidimensional dos conceitos das ciências da sustentabilidade e social, considerando sistemicamente economia e ambiente. Entretanto Fuchs (2017) chama atenção para características problemáticas de todos os documentos de política mencionados:

- I) Comunicação e cultura não são mencionadas como domínios da sustentabilidade (exceto para educação);
- II) Classe e capitalismo não são mencionados uma única vez como problemas negativamente impactando a sustentabilidade. Além dos pontos mencionados pelo autor, os ODS apresentam lacunas no que se refere ao DS no ambiente amazônico, dada a complexidade da região que é sobretudo singular conforme abordado por Silva et. al. (2013).

Quadro 2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Sequência	Descrição
Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.
Objetivo 7	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.
Objetivo 14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: CGDES (2016)

Os objetivos acima descritos, são desdobrados e metas com vistas a serem operacionalizadas pelo Brasil a partir de políticas públicas em cada estado que, por sua vez, há que considerar as características, complexidades e necessidades regionais. Em síntese, é possível afirmar que há efetiva necessidade de organização entre os agentes integram direta e indiretamente o planejamento de DSG.

Destacam-se como participantes diretos o Governo Brasileiro bem como seus tomadores de decisão do executivo nacional, estadual e municipal. Como participantes indiretos tem-se a sociedade de maneira geral, ONGs, Bancos, Empresas Privadas, Sindicatos, Universidades e a

Comunidade Científica bem como ainda o Poder Legislativo brasileiro, cuja atividades podem influenciar positiva, ou negativamente para o alcance das políticas, metas e objetivos traçados.

2.4.3 Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira

O Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira (DSAB) apresenta demasiada complexidade, pois o ambiente se caracteriza por uma diversidade de comunidade nativas, étnicas, agricultores familiares, pescadores, extrativistas que ao longo do tempo passaram a ser visto como núcleo para a execução de grandes projetos (SILVA; MIRANDA; MONTEIRO, 2013).

Almeida (2012), menciona que o cenário atual é de implementação de políticas que se direcionam à reorganização de territórios e espaços sob um viés protecionista, com vistas à reestruturação de mercados e disciplinando a comercialização dos recursos regionais florestais, do solo e subsolo.

Assim, mais uma vez fica caracterizado a impossibilidade de desassociar a responsabilidade social (RS) para o a garantia do DS, e nesse sentido, é possível afirmar que as organizações apresentam um papel importante nessa temática, pois a atividade organizacional consome recursos do ambiente, e geram impactos no tempo presente e no também no futuro (LOMBARDI; LEAL; BASSO, 2010).

Entre as primeiras discussões sobre RS, tem a definição apresentada por Carrol (1999) “a responsabilidade social da empresa abrange aspectos econômicos, jurídicos, éticos, e expectativas discricionárias que a sociedade tem das organizações em um determinado momento”. Lombardi et. al (2010) aborda que a RS é um ponto na interseção dos pilares que sustentam o DS, ou seja, um elemento entre a conexão dos elementos Sociedade, Economia e Ambiente, e sob essa lente realizou um estudo na Empresa Natura, que opera na Amazônia Brasileira.

No estudo de caso realizado na Natura, Lombardi et. al (2010), discute que a empresa Natura opera com a participação de múltiplos stakeholders, entre eles, os moradores das comunidades locais, outro elemento é quanto aos recursos utilizados pela empresa, uma vez que se trata de insumos extraídos da Amazônia, especificamente no nos estados: Amazonas,

Pará e Rondônia. Em resumo a estratégia da empresa está apoiada na sustentabilidade, e, portanto, os impactos ao ambiente são mitigados, a comunidade regional contribui com o conhecimento local para extração de insumos, contribui para o desenvolvimento econômico local na medida em que vem apresentando crescimento econômico ao longo dos anos.

2.5 Cogestão Adaptativa

O modelo de Cogestão Adaptativa (CA) é um sistema de gerenciamento de recursos flexível, o qual se adapta aos locais e situações específicas, suportado pelo trabalho em conjunto à várias organizações em diferentes escalas.

O processo de auto-organização da CA tem o potencial de fazer com que sistemas ecológicos robustos mudem, pois este é facilitado por regras e incentivos em maior nível (ARMITAGE et al., 2009).

Entretanto, a ênfase deste sistema está voltada na construção da confiança entre os envolvidos, bem como ainda do desenvolvimento profissional e da aprendizagem social e se faz necessário a adaptação da gestão para o domínio de governança, pois os recursos são contestados por várias partes interessadas enquanto as instituições de gestão são divididas internamente.

Para contornar esses desafios Armitage et al. (2009) destacaram cinco áreas temáticas sendo: I – Instituições, incentivos e governança; II – Aprendizagem através da complexidade; III – Assimetrias de poder; IV – Avaliação: monitoramento, indicadores e resultados; V – Vinculação à política.

3 CONCLUSÃO

As áreas temáticas indicadas pelo referido autor constituem elementos essenciais para trabalhar de maneira objetiva a aplicação dos conceitos da governança para o desenvolvimento sustentável. O referencial discutivo indica que há complementação temática aplicável para a Amazônica brasileira, se fazendo necessário por outro lado, realizar estudos aplicados que transcendam o campo teórico e veriquem as especificidades locais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n.o 64, p. 63-71, jan./abr., 2012. Site: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792012000100005&script=sciarttext>
- ARIMA, E.Y.; Barreto, P.; Araujo, E.; Soares-Filho, B. Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brazil. **Land Use Policy**, 41, 465– 473, 2014.
- ARMITAGE, D. R. Adaptive Co-management for Social-ecological Complexity. **Frontiers in Ecology and the Environment**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 95–102. DOI: 10.1890/070089, 2009.
- CHICHILNISKY, G. What is sustainable development? **Land Economics**, [S. l.], v. 73, n. 4, p. 467–491. DOI: 10.2307/3147240, 1997.
- DUBROW, K. Governança global democrática, desigualdade política e a hipótese da resistência nacionalista. **Sociologias**, [S. l.], v. 32, n. Jan/Abr, p. 94–110. DOI:10.1590/S1517-45222013000100005, 2013.
- FOLKE, C. **Our future in the Anthropocene biosphere**. [s.l: s.n.]. DOI: 10.1007/s13280-021-01544-8, 2021. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/33715097>.
- FUCHS, Christian. Critical Social Theory and Sustainable Development: The Role of Class, Capitalism and Domination in a Dialectical Analysis of Un/Sustainability. **Sustainable Development**, [S. l.], v. 25, n. 5, p. 443–458, 2017. DOI: 10.1002/sd.1673, 2017.
- HOEKSTRA, Arjen Y.; WIEDMANN, Thomas O. Humanity’s unsustainable environmental footprint. **Science**, [S. l.], v. 344, n. Jun, p. 1114–1117, 2014. DOI: doi: 10.1126/science.1248365.
- KATES, Robert W.; PARRIS, Thomas M.; LEISEROWITZ, Anthony A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. **Environment**, [S. l.], v. 47, n. 3, p. 8–21, 2005. DOI: 10.1080/00139157.2005.10524444.
- LENZEN, M.; MORAN, D.; KANEMOTO, K.; FORAN, B.; LOBEFARO, L.; GESCHKE, A. International trade drives biodiversity threats in developing nations. **Nature**, [S. l.], v. 486, n. 7401, p. 109–112, 2012. DOI: 10.1038/nature11145.
- LOMBARDI, Marta Fabiano Sambiase; LEAL, Carla Camargo; BASSO, Leonardo F. C. The activity of natura from the perspective of sustainable development and of corporate social responsibility. **Management Research**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 165–182, 2010. DOI: 10.1108/1536-541011089402.

MOONEY, Harold A.; DURAIAPPAH, Anantha; LARIGAUDERIE, Anne. Evolution of natural and social science interactions in global change research programs. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, [S. l.], v. 110, n. SUPPL. 1, p. 3665–3672, 2013. DOI: 10.1073/pnas.1107484110.

PIKETTY, Marie Gabrielle; POCCARD-CHAPUIS, René; DRIGO, Isabel; COUDEL, Emilie; PLASSIN, Sophie; LAURENT, François; THÂLES, Marcelo. Multi-level Governance of land use changes in the Brazilian Amazon: Lessons from Paragominas, State of Pará. **Forests**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 1516–1536, 2015. DOI: 10.3390/f6051516.

RASCHE, Andreas. “A Necessary Supplement”. *Business & Society*, [S. l.], v. 48, n. December, p. 511–537, 2009. SILVA, JOÃO PAULO FREDERICO, Azevedo; ASSIS, Frederico Azevedo Alvim. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: dimensão para gestão de empresas. **Revista da Faculdades Integradas Vianna Júnior**, [S. l.], v. 3, n. Jul-Dez / 2012, p. 117–139, 2012.

SILVA, LJS; MIRANDA, TNO; MONTEIRO, R; Resistências e mobilizações das comunidades no Pará: entre novos e velhos discursos sobre modelos de desenvolvimento na Amazônia. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, [S. l.], v. 2, n. Jul/Dez, p. 125–149, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/445>. STEFFEN, Will et al. The anthropocene: From global change to planetary stewardship. **Ambio**, [S. l.], v. 40, n. 7, p. 739–761, 2011. DOI: 10.1007/s13280-011-0185-x.

WOOD, THOMAZ JR.; MORAIS, Dafne O. C. Grandes Obras na Amazônia: Engajando Atores Sociais para Promover o Desenvolvimento Sustentável. **Journal of Contemporary Administration**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 181–196, 2020.

ZEIHL-ROZEMA VAN ANNEMARIE; CÖRVERS RON; KEMP RENÉ. Sustainable Governance for Sustainable Development: a framework. **Trust and Antitrust in Asian Business Alliances: Historical Roots and Current Practices**, [S. l.], v. 421, n. November 2007, p. 84–120, 2008. DOI: 10.1057/9780230523579_4.

AUTORIA

Davy Ítalo Ribeiro da Silva

Mestre, Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Administrador na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: davyitalo@outlook.com.

Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1502-4692>.

Mariluce Paes de Souza

Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade Federal de Rondônia (SIGLA).

E-mail: mariluce@unir.br.

Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4202-0769>.

Robert Anderson Cardoso da Costa (UFAM)

Especialista, Instituto Prominas Serviços Educacionais. Assistente Administrativo na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: robert@ufam.edu.br.

Brasil.